

**A “república” narrada e teatralizada:  
análise da obra teatral de Juan Bautista Alberdi (1839)**

Sheila Lopes Leal Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:**

O objetivo deste texto é analisar de que maneira Juan Bautista Alberdi (1810 – 1884) opera o conceito de “república” através de seus textos literários, especialmente com a peça de teatro *La Revolución de Mayo*: crônica dramática, escrita em 1839. Como é perceptível em outros membros da ‘Geração de 1837’, Alberdi trabalhava com uma fronteira bastante tênue entre literatura e política, fazendo de suas peças verdadeiros combates ao governo de Juan Manuel de Rosas. São tratadas as especificidades do gênero teatral, através da análise de sua relevância para a sociedade bonaerense, da primeira metade do oitocentos, levando em conta o controle que o governo tinha em relação ao conteúdo das apresentações, utilizado como propaganda pró-rosista, pelo aparato institucional dos periódicos. Nesse sentido, Alberdi representava a parcela de opositores ao regime, que conseguia fazer do teatro um instrumento de crítica ao sistema. Além disso, a obra citada apresenta os ideais republicanos do jovem escritor e de que maneira categorias como “povo”, “cidadão” e “pátria” foram manipuladas de acordo com os diferentes grupos aos quais Alberdi se dirigia ao longo das falas.

**Palavras-chave:** República, Juan B. Alberdi, Teatro

**Abstract:**

This paper intends to analyze how Juan Bautista Alberdi (1810-1884) deals with the concept of "republic" through his literary works, especially within the play *Revolución de Mayo*: crônica dramática, written in 1839. Like other members of the ‘Generation of 1837’, Alberdi worked on a very delicate border between literature and politics, functioning as a voice against the government of Juan Manuel de Rosas. This work focus on the specificity of the theatrical genre, analyzing its relevance for Buenos Aires

---

<sup>1</sup>Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. E-mail: leal.sheila@hotmail.com.

on the first half of the eighteenth century. We are considering the government's control upon the performances, used as one of pro Rosas propaganda by the institutional periodical publication apparatus.

Thus, Alberdi was part of the regime opponents that could turn the theater into a criticism instrument of the current system. Moreover, the work presents the young writer's republican ideals and shows the way categories such as "people", "citizen" and "nation" were handled in accordance with the different groups Alberdi has directed his speech to along the lines.

**Key words:** Republic, Juan B. Alberdi, Theater

### Considerações preliminares

O trabalho aqui apresentado traz à tona um aspecto pouco difundido da obra de Juan Bautista Alberdi [1810 – 1884] (TERÁN, 1988; HERRERO, 2009; PALTI, 2009), no sentido de dar ênfase à sua produção literária, concentrada em sua juventude e publicada em alguns periódicos da região do rio da Prata. Ao lidar com a ideia de trajetória de um intelectual, é importante ter em mente a transitoriedade de seu pensamento, no sentido de compreender que muitas de suas convicções são alteradas em função dos diferentes contextos e situações por ele experimentadas. Esta pesquisa teve como norte, dentre outras questões, a seguinte indagação: qual seria a ideia de “república” apresentada no Alberdi dos textos literários?

Uma primeira reflexão concerne a seus aportes teóricos, perceptíveis em sua obra. Ora, ainda que o pensamento alberdiano tenha sido associado ao de autores românticos como, por exemplo, Hegel (RICUPERO, 2007; ALBERINI, 1934), a menção a autores iluministas, especialmente Rousseau, é frequente em seus escritos da juventude. Os elementos utilizados para dar corpo à ‘república’ sugerida em *La revolución* possuem um caráter idealizado, sendo moldados de acordo com as premissas políticas e filosóficas concebidas na Europa um século antes: “*Desde que Alberdi comenzó a interrogarse acerca del derecho, la historia y la política, el pensamiento ilustrado desplegó ante él como método y sistema explicativo*” (BOTANA, 2005, p.284).

Tal feita é perceptível não somente em *La revolución*, mas também em outros artigos publicados no *El Nacional* e na *Revista del Plata*, conforme pode ser observado no tomo XIII de seus *Escritos póstumos*. Presente em diversos autores pertencentes à ‘Geração de 1837’, o estímulo ao investimento na educação popular esteve, fortemente no jovem Alberdi, ligada ao desejo de realizar um contrato social entre os membros da sociedade bonaerense e, assim, dar início ao progresso histórico. Dessa forma, Rousseau pode ser considerado uma grande referência. O ideal presente no *Contrato social* aparece em *La revolución de Mayo*, conforme afirma Nelda Pilia de Assunção (1999, p.105), principalmente no conceito de soberania como exercício da vontade geral<sup>2</sup>.

Vale ainda destacar que grande parte da bibliografia dedicada a Alberdi concentra seus esforços analíticos em obras escritas depois de sua primeira passagem pela Europa; mesmo nas pesquisas realizadas nas bibliotecas nacionais da Argentina e Uruguai, foram encontrados pouquíssimos trabalhos relativos às peças (COCCA, 1960; LABINGER, 1982; SEIBEL, 2007). Tendo em vista que os textos literários do autor, bem como de outros intelectuais vinculados à chamada ‘Geração de 1837’, foram publicados em primeira mão em diversos dos periódicos que circulavam naquela região, é interessante pontuar o papel desse meio de difusão de ideias.

A imprensa foi o mais importante veículo de informação do século XIX, configurando-se como palco para debates políticos e ideológicos, conferindo espaço à publicação de poemas, crônicas e pequenos artigos, muitos deles escritos em linguagem coloquial e versando sobre os mais diversos temas. Pode-se dizer, então, de acordo com Pérsico, que ela “*fue trinchera de opinión política, provisión de imágenes para una sociedad en transformación, representación de intereses particulares y de culturas regionales*” (PÉRSICO, 1993, s/p).

Os periódicos, assim, tiveram como função “*justamente la de incorporar y extender los discursos sociales que saturaron el imaginario cultural de la época, a la par de estimular y propulsar los intereses de un lectorado tan incipiente como difuso*” (PAS, 2010, p.4). Essas publicações eram, muitas vezes, de dimensões físicas pequenas, com quatro ou seis páginas, utilizavam o mesmo tipo de papel usado para os livros e

---

<sup>2</sup> Entretanto, pelas leituras acerca de suas influências teóricas, pode-se perceber que a inclinação aos trabalhos de Rousseau não perseguiu Alberdi ao longo de sua vida. Como afirma Natalio Botana (2005, p.354-360), havia uma inclinação teórica maior em relação a Montesquieu, Guizot e Jouffroy.

eram vendidas através de assinaturas mensais, a fim de financiar a impressão (BATTICUORE, GALLO, MYERS, 2005; MYERS, 2011). Desse modo, é possível afirmar que o público leitor era restrito, uma vez que a maioria da população, além de analfabeta, não podia arcar com o custeio da distribuição. A consequência disso era uma ampla discussão sobre política e artes entre pares.

A peça aqui analisada é dotada de uma especificidade interessante, pois conta com uma dedicatória aos revolucionários do Rio Grande, os farroupilhas, em uma narrativa que pretende incentivar a causa revolucionária e republicana. *La Revolución de Mayo, crónica dramática* é significativa como ‘ato de fala’ no combate intelectual de Alberdi ao governo de Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires. O formato desse texto, com a proposta de expor seu conteúdo valendo-se de uma encenação impactante, parece indicar a intenção de Alberdi no sentido de procurar não só informar, mas também mobilizar a população perante os ideais da Revolução de Maio (que seriam exaltados ao longo de toda sua vida) e as problemáticas do governo de Juan Manuel Rosas.

#### **“El pueblo” e “el ciudadano” narrados**

Na primeira metade dos oitocentos, o debate acerca do republicanismo na região do rio da Prata foi deveras controverso e englobou questões complexas como as noções de “liberdade”, “nação/nacionalismo”, “*pueblo/pueblos*”, “pátria”, entre outras. Esses conceitos aparecem em profusão nos textos literários do jovem Alberdi, sendo manipulados com diferentes significantes, de acordo com o momento e a qual grupo social o autor se referia – como demonstrado nos próximos capítulos. O Alberdi dos anos 1840 não parecia disposto a apresentar uma fórmula republicana, mas sim a problematizar de que maneira as liberdades e vontades do povo atuavam na constituição de uma sociedade republicana.

Antes de ser encarada pelos americanos como um sistema governativo propriamente, a ‘república’ representava a ideia de um governo legitimado pelo *pueblo* e regulado por determinadas leis. Instaurar um governo republicano não era, de modo algum, uma coisa óbvia e consensual entre os homens envolvidos no processo de independência de 1810; a ‘república’ era, então, um ideal, era uma dentre muitas possibilidades que se afiguravam àqueles *pueblos* revoltosos. O trabalho de José

Chiaromonte (1997, p.129) aponta que, à época do vice-reinado, a ‘república’ era um termo usado para fazer menção aos *cabildos*, uma vez que ali se reuniam os *ciudadanos*, e mesmo algumas cidades platinas eram consideradas pequenas repúblicas, tendo em vista sua relativa autonomia para gerir assuntos internos.

Do período colonial até o momento em que Alberdi escreveu suas peças, esse polissêmico conceito sofreu alterações e incorporou novos significados sendo, por exemplo, muitas vezes tido como um sinônimo de “*pueblo soberano*”. De acordo com Gabriel Di Meglio (2008, p.148-153), nas primeiras décadas após a independência, a ‘república’ seria, “*por un lado sistema de gobierno y por outro una figura ideal de virtud cívica, aunque ambas nociones no serían contradicciones entre sí sino complementarias*”. Esse idealismo quanto a uma “virtude cívica” é evidente ao longo dos jogos que Alberdi faz com seus personagens, especialmente nas falas dos personagens “*Pueblo*” e “*Todos*”, em ambas as peças. Somente a partir dos anos 1820, a ‘república’ é pensada como um sistema governativo de cunho representativo, o que arrecadou o apoio daqueles que antes preferiam uma monarquia constitucional. Paulatinamente, a ‘república’ ganhou a conotação de algo virtuoso, uma ponte para a liberdade e também uma oposição à ‘monarquia’.

A primeira acepção do termo *república*, no dicionário da Real Academia Espanhola, no ano de 1837, é a de “*estado en que gobierna el pueblo*” (p.650). Sendo assim, mesmo sem um programa político definido, a ‘república’ naquele momento estava relacionada à ‘ideia’ de que o “povo” deveria participar do governo, como se o poder fosse dividido entre inúmeras partes. Esse raciocínio formava, então, um vínculo com a ideia de ‘liberdade’, que seria a peça fundamental para o exercício daquela forma de poder.

É interessante notar que, em publicação imediatamente anterior a peça *La revolución*, Alberdi também traçou algumas ideias para classificar o “povo”: “*El pueblo no es una clase, un grémio, un círculo: es todas las clases, todos los círculos, todos los roles*”, e cita concepções filosóficas clássicas: “*por pueblo no entendemos aquí la clase pensadora, la clase propietaria únicamente, sino también la universalidad, la mayoría, la multitud, la plebe.*” (1886, p.125; 128). Se, em um momento, Alberdi simplifica o conceito de “povo”, em diversos momentos ao longo de suas peças, ele aparece dotado de distintos significados.

Ao verificar as *Actas Capitulares de 1810*, é possível identificar um papel imperante legado ao “povo”, entretanto, não há evidências de como seria a recepção do novo governo, há tão somente a confiança de que o “povo” escolheria o melhor tipo de representatividade possível:

*Tal ha sido la conducta del pueblo de Buenos Aires en propender a que examinase si, en el estado de las ocurrencias de la Península, debía subrogarse el mando superior de gobierno de las provincias del virreinato en una Junta Provisional, que asegurase la confianza de los y pueblos y velase sobre su conservación contra cualesquier asechanzas, hasta reunir les votos de todos ellos, en quienes recae la facultad de proveer la representación del Soberano. (Actas Capitulares, 1810, s/p)*

No verbete dedicado a *pueblo/pueblos*, Noemí Goldman e Gabriel Di Meglio apontam a polissemia desse conceito, desde a definição de vila ou cidade, até, em dado momento, a exclusão de sua acepção dos cidadãos, passando pelas mudanças ocasionadas nos processos políticos pós-revolucionários, através das discussões em diversos congressos e demais reuniões do *Cabildo* de Buenos Aires.

Nos tempos de colônia, usava-se este termo – *pueblo* – ao referir-se a determinada cidade, localidade ou ainda ao conjunto de habitantes dessa (população), conforme consta no *Diccionario Castella con las voces de ciencias y artes* na década de 1780 (GOLDMAN; DI MEGLIO, 2008, p.131). Não obstante, também é possível localizar uma acepção similar no dicionário tomado como principal referência para este artigo que, até a edição de 1884, mantém agregado o significado de “*Villa ó ciudad*” (1884, p.873).

*Ciudadano* é outro conceito-chave aparente nos textos de Alberdi aqui abordados. A constante menção aos cidadãos como membros atuantes em sua sociedade está relacionada ao surgimento (ou à proposta) de determinadas comunidades políticas – os “*pueblos*” do teatro alberdiano (SABATO, 1999). Por sua vez, implícita nessa comunidade de cidadãos, está o pressentimento da “nação”; na verdade, a essas noções, aliam-se as de “democracia”, “soberania”, “representatividade” e muitas outras, tal qual uma grande teia de aranha. François-Xavier Guerra afirma que “*ciudadano*” e “*nación*” são as maiores novidades do mundo moderno, e com elas vieram tópicos como “igualdade”, participação dos membros da comunidade e a existência de autoridades

surgidas do próprio “*pueblo*”, representando uma ruptura definitiva com o absolutismo e a soberania única centrada na figura do monarca (1999, p.33-36).

Tal qual Guerra, Chiaramonte traça um histórico do termo “*ciudadano*” contrapondo-o ao de “*vecino*”, que muitas vezes são vistos como sinônimos. As origens de ambos os vocábulos encontram-se no Antigo Regime e abrangem a ideia de pertencimento a um território privilegiado, minimamente coeso e urbano: as cidades (1999, p.94). Nesse sentido, como afirmou Echeverría, “*no todo habitante es ciudadano, y la ciudadanía proviene de la institución democrática*”; a ideia de cidadania era relativizada mesmo por autores daquela época (1873, p.22). Além disso, a constante evocação dos “*ciudadanos*”, existente nos documentos da primeira metade do século XIX, remete diretamente à questão da legitimidade e representatividade, nas propostas que apresentavam a ‘república’ como uma possibilidade efetiva de sistema governativo.

Não há aqui a intenção de abordar toda a trajetória do pensamento republicano de Alberdi, porém, é útil apenas pontuar a diferença entre as concepções contidas nas peças que serão analisadas e alguns textos posteriores. Nos *Escritos póstumos* referentes à década de 1870, especificamente em textos nos quais o autor pretende avaliar os governos sul-americanos, “república” e “monarquia” deixam de ser elementos positivos ou negativos, transformando-se em alternativas aplicáveis a “*pueblos*” que estivessem dispostos a exercer sua participação enquanto cidadãos:

*La monarquía no es todo el remedio de una mala república, como la república no es todo el remedio de una mala monarquía. La razón de todo esto es que la república y la monarquía no son el gobierno, sino su forma. La forma no vale el fondo. Toda forma es buena cuando permite á un pueblo gobernarse bien. Para que un pueblo, monarquía ó república, se gobierne bien, es requisito esencial que una parte del gobierno esté en sus propias manos. (ALBERDI, 1896, p.537)*

O jovem Alberdi não admitia a possibilidade de um governo que não fosse republicano e buscou a fórmula ideal para executar tal sistema de governo na América do Sul, como foi exposto em *Bases y puntos de partida*. Já em escritos do final da década de 1860, há uma mudança em sua concepção: ainda que seja uma interessante forma de governar, a república não poderia vingar no continente sul-americano, para o

qual deveria ser adotada uma “monarquia de inspiração republicana” (ALBERDI, 1896, p.227-302).

Contudo, o cerne desta pesquisa gira em torno da concepção de um ideal republicano, que Alberdi começou a construir no final da década de 1830 e que foi apresentado em suas narrativas teatrais. O autor fez uso do folhetim tal qual um quebra-cabeças no qual cada pequena peça representa um “conceito”, algumas delas parecem idênticas, mas, através de sutis diferenças em suas formas e pela ordem em que aparecem no jogo, percebe-se que são, todas, distintas entre si. Ao reunir completamente essas partes, a visão geral que se ganha é a de uma sociedade conformada por uma ordem republicana.

Assim, para Alberdi, as noções de “*pueblo*”, “*pueblos*”, “americano”, “pátria”, “nação/nacionalismo”, “republicanismo”, “liberdade”, “soberania”, “vontade popular”, “igualdade”, e outras elencadas ao longo dos textos, são consideradas partes de um jogo que, uma vez congregadas e corretamente dispostas, podem formar uma “república” da melhor maneira possível.

### **A crônica dramática**

Na peça que escreveu em 1839, Alberdi relatou especificamente os acontecimentos imediatamente anteriores à Revolução de 1810: a conspiração e as ações revolucionárias. Ao longo das falas, é perceptível a polissemia de alguns conceitos-chave para o pensamento político dos oitocentos, como “república”, “pátria” e “povo”; esses termos aparecem com sentidos diversos, dependendo do orador. Assim, a análise de tal vocabulário, combinada a de outras produções contemporâneas, permite mapear de que maneira os homens letrados daquela sociedade pretendiam informar àqueles que tinham acesso aos periódicos, acerca dos fatos passados e das possíveis lições que esses trariam.

*La revolución* foi construída entre o meio termo de fontes consultadas (as quais Alberdi faz questão de citar) e o imaginário popular referente ao evento da revolução,

consagrando o “fato” como um “ato” heroico (ASSUNÇÃO, 1999, p.106.)<sup>3</sup>. Para além da exposição acerca da ‘república’, como já foi mencionado, um dos pontos de destaque da peça é a dedicatória destinada aos “republicanos do Rio Grande”, cuja ideia central reside em relatar a história de uma revolução - como marco fundador da nação argentina - interpretada pela geração de intelectuais que, se não a vivenciou, a teve como um exemplo, como uma maneira de aprender com os erros e os acertos de uma história que se repete.

Os acontecimentos de outrora no rio da Prata, agora tomavam lugar no rio Grande, aproximando as duas geografias de águas doces, agora também com aspectos políticos e culturais. Ora, se não eram, desde então, “rios” revolucionários e republicanos, “libertadores” e “patrióticos”? Mas, sobretudo, tratava-se de águas e terras “americanas”, *hermanadas* por aspirações sediciosas, ligadas por uma peça teatral dramática. A existência de “revolucionários do Rio Grande” significava, para o autor, que, a despeito de a revolução no Rio da Prata não ter proporcionado as mudanças pretendidas, ainda havia uma esperança, uma possibilidade de, em conjunto, consolidar as “revoluções americanas”, e, para isso, o “povo” deveria ser educado, pois, em artigo publicado na mesma época de *La revolución*, Alberdi afirmava que:

*El antiguo régimen es, nuestras costumbres inertes, egoistas, oscuras supersticiones, nuestra falta de creencias uniformes y nuevas, nuestra falta de luces nuevas, de espíritu común, de habilidad, de libertad y de republicanismo. A la educación pública compete restituir costumbres nuevas, creencias nuevas, luces nuevas, tendencias nuevas. A la educación pública compete la consumación de la revolución americana, que, hasta aquí, está en principios.* (1900, p.170-171)

O texto original divide-se em quatro partes (*La opresión, La conspiración, La revolución* e *La restauración*), das quais são publicadas a segunda e a terceira, sob o argumento de que essas seriam “*más apropiadas al momento*”, e que as outras são de “*interés más apasionado y más personal*” (ALBERDI, 1960, p.9). Com tal posicionamento, o autor deixa claro o cunho político que pretende dar à obra; o subtítulo indica tratar-se de uma *crônica*, por ser o relato de fatos reais, baseados em

---

<sup>3</sup> Nélida Assunção (1999) identifica a publicação da peça com o que Pierre Nora chama de “lugar de memória”, na medida em que imbrica uma realidade possível (o tempo passado) com outra simbólica (literária), gerando uma “memória da pátria”.

memórias e atas, *dramática*, por basear-se também na tradição popular, através dos relatos e da memória do “povo”.

A peça possibilita uma gama de abordagens e tratamentos diferenciados, revelando, dessa forma, um meio de compreender determinadas linguagens e idiomas daquela época. Dentro desse caráter político e pedagógico, havia o objetivo de fomentar uma “consciência patriótica” em todas as camadas da população (FRADKIN; GELMAN, 2010, p.172). Um exemplo disso é o termo ‘pátria’, presente inúmeras vezes ao longo do texto, no momento da conspiração, dentro da fala dos protagonistas: “*Paso – Los conflictos sieguen, y los peligros de la Patria son y tanto más terribles cuanto que existe la aprenha de que ella ha obtenido una victoria.*”, como no momento da consagração, na fala de *El Pueblo*: “*viva la patria*” (ALBERDI, 1960, p.21 e 105). As críticas da peça, através de missivas pessoais endereçadas ao autor, ou com os pequenos artigos publicados na já existente seção de cartas dos leitores, foram duras o bastante, para que Alberdi iniciasse a nota sob tom romântico e dramático:

*Se ha considerado como poco respectuoso á la Revolucion de Mayo y á sus grandes hombres, el que se les haya tratado en las formas lijeras del drama. (...) La gloria humana es así, á creer en el testimonio de los hombres gloriosos, embarazosa, rodeada de sinsabores, de profanaciones, de irreverências, las mas veces inocentes. (Se puede hacer caricaturas de Mayo sin ofensa, como se puede parodiar el cielo sin sucesos. (1960, p.121-127)*

O *El Nacional* contava com uma parte de seu conteúdo destinado a divulgar a opinião dos leitores, mas, principalmente, a fomentar debates, trazendo à tona o nome de outros periódicos, no sentido de apontarem comparações entre os editoriais ou mesmo no modo como determinado autor se posicionava em dado assunto. Como é notório a partir da citação acima, Alberdi se antecedeu a possíveis comentários pejorativos – que poderiam aparecer no mesmo jornal – para alertar que, antes de ser feita qualquer crítica à parte histórica da crônica, o leitor tivesse o mesmo trabalho que ele teve de consultar as fontes.

De acordo com suas próprias palavras, a escolha da crônica como estilo narrativo ocorreu porque Alberdi acreditava que, para retratar a Revolução de 1810, faltava um trabalho “*de realidad y de fantasía como esamultitud de romances y dramas*” (1960, p.126) como os que eram oferecidos pela literatura de então. Da peça não se tem qualquer notícia se foi encenada e, aparentemente, devido a seu texto

demasiado complexo, dificilmente o foi. O gênero teatral, até então, não havia sido utilizado pelo jovem tucumano que, em sua defesa afirma: “*no diremos una palabra de las violaciones del arte dramático que se cometen en esta ‘Crónica’. Lo habremos dicho todo con advertir que no conocemos una sola regla de poética teatral*” (ALBERDI, 1960, p.128).

Alberdi deixou claro que a intenção do texto era a de alertar que o movimento iniciado em Maio de 1810 estava em pleno andamento, que ele foi mais uma profecia do que uma conquista, uma vez que a liberdade “*es hasta hoy una promesa, la igualdad una esperanza, la nacionalidad un deseo*”(1960, p.128). Assim, a peça afigurava-se como um lembrete de que ainda havia muito por realizar, a caminho do que o autor acreditava ser a “evolução do homem da História” (1960, p.129-130).

### **Uma revolução contra a “tirania”**

O elenco é composto pelos seguintes personagens históricos: Hipólito Vieites, Feliciano Chiclana, Juan José Paso, Juan Larrea, Manuel Belgrano, Juan Manuel Beruti, Baltasar Hidalgo de Cisneros, Cornelio Judas Tadeu Saavedra, Nicolás Severo de Isasmendi, Juan José Castelli, Miguel de Azcuénaga, Manuel Alberti, Domingo Matheu, Eustoquio Antonio Díaz Vélez, Domingo French, Martín Rodríguez, Julián de Leiva e Rodríguez Peña. E a fala de abertura da peça é taxativa: “*Mis amigos: basta de humillación*” (1960, p.19)<sup>4</sup>.

Deve-se considerar que, ainda que a peça abordasse outro contexto histórico, ela foi escrita por um exilado, militante político, periodista ativo em suas críticas ao governo rosista. Assim, o autor parece falar - pela boca de seus personagens - a seus pares, àqueles que, como ele, combatiam o “tirano Rosas”. No tocante à tirania atribuída a Rosas, é importante lembrar que ela surge nos escritos de Alberdi somente após sua partida para o exílio, antes disso, ele chegou a defender o regime rosista:

---

<sup>4</sup> Salvo algumas exceções, devidamente assinaladas, os personagens históricos citados pelo autor nasceram na província de Buenos Aires e seguiram carreira militar. Alberdi assinala, em nota ao final dos dois atos, que listou somente os nomes recorrentes em suas fontes de pesquisa, ainda que tenha deixado de lado importantes atores: “*Ya se sabe que una Revolucion, y una gran Revolucion, no se desempeña jamas por una docena de hombres*” (ALBERDI, 1960, p.127). Grande parte das informações apresentadas nas “notas biográficas” ao longo deste artigo se encontra no site do historiador argentino Felipe Pigna, disponível no endereço eletrônico: <<http://www.elhistoriador.com.ar>>

*cuantas veces se ha dicho que el poder del Sr. Rosas no tiene límites, se ha despojado, aunque de buena fe, a este ilustre personaje del título glorioso de Restaurador de las Leyes: porque no siendo otra cosa las leyes que la razón o el derecho, restaurar las leyes es restaurar la razón o el derecho, es decir, un límite que ha sido derrocado por los gobiernos despóticos, y que hoy vive indeleble en la conciencia enérgica del gran general que tuvo la gloria de restaurarle.* (ALBERDI, 1886, p.190)

A “tirania” apontada por Alberdi, através de uma fala de Cisneros<sup>5</sup>, consistia em insistir na permanência do poder, fazendo parte da junta governativa, mesmo após a decisão do *Cabildo*, no dia 22 de maio, de retirá-lo. Para Paso<sup>6</sup>, essas alternâncias promovidas pela nova junta são meros sofismas, frutos da influência dos espanhóis e atestam a insatisfação em relação a Cisneros: “*es decir al Virrey, al Tirano, que, con el nombre hipócrita de Presidente es tan Virrey, tan Tirano como antes*” (1960, p.20). Em relação à alcunha cínica de presidente, pode-se ter em mente a figura do próprio Rosas, no cerne das críticas feitas a ele sobre seu autoritarismo.

Larrea<sup>7</sup>, então, tenta amenizar a situação, dizendo que Cisneros possui um único voto, e que a junta tem ao todo cinco, dificultando ações drásticas por parte dele. Esse argumento, entretanto, é posto em cheque por Paso, que retruca questionando a validade (legitimidade) de votos, que poderiam ser facilmente comprados. Alberdi, assim, - reforçando a hipótese dessa pesquisa de que, ao retratar Cisneros estava, na verdade, referindo-se a Rosas -, utilizava Paso para dar a sentença, iniciada com a fala de Vieites<sup>8</sup>, de que alguma providência deveria ser tomada: “*Nada ha cambiado, señores, mas que un nombre: la tirania es la misma, el tirano es el mismo*”; para ele, as vitórias

<sup>5</sup> Baltasar Hidalgo de Cisneros (1755-1829) nasceu em Catargena, Espanha, ingressou na carreira militar muito jovem, lutou contra os ingleses em 1805 e participou da resistência à invasão francesa em 1808; foi designado vice-rei do Rio da Prata em 1809, convocou uma sessão dos *Cabildos Abiertos* e propôs que ele mesmo fosse presidente do recém-declarado estado independente naquela região, como não obteve sucesso, retornou à Espanha, onde permaneceu até sua morte, afastado da política.

<sup>6</sup> Juan José Paso (1758-1833) estudou jurisprudência na Universidad de Córdoba, onde foi professor de filosofia até a década de 1780; fez parte da Junta de 1810, foi secretário do Congresso de Tucumán e foi eleito deputado para o Congresso de 1824.

<sup>7</sup> Juan Larrea (1782-1847) nasceu em Mataró, Espanha, chegou a Buenos Aires em 1800 para trabalhar como comerciante, participou como *vocal* na Junta revolucionária de 1810, foi exilado por tomar partido das ideias morenistas, participou da Assembleia Constituinte de 1812, obteve o cargo de ministro do tesouro e, mais tarde, o de cônsul na França.

<sup>8</sup> Hipólito Vieites (1762-1815) estudou filosofia e jurisprudência no Real Colegio de San Carlos, fundou um importante periódico, o *Semanario de Agricultura, Industria y Comercio*, lutou contra os ingleses na época das invasões de 1806-1807 e fez parte da Junta de 1810, após o que ocupou diversos cargos públicos até sua morte.

conquistadas até então não passavam de aparências, uma vez que a “*patria*” enfrentava muitos perigos (1960, p.21).

De acordo com a peça, os planos revolucionários se deram em uma noite. Ao mesmo tempo em que os acontecimentos transcorrem demasiadamente rápido, as falas das personagens estão repletas de referências teóricas. Esse é um dado interessante, principalmente se somado à dedicatória, pois Alberdi confere maior ênfase e importância a textos clássicos e verdadeiros “manuais revolucionários” do que à narração precisa dos fatos. Ora, se a peça era dedicada aos revolucionários do Rio Grande, é possível pensar que Alberdi estivesse mais preocupado em compartilhar teorias do que práticas propriamente ditas. Seguindo a discussão sobre o imediatismo das ações, na peça é posto em pauta o uso da figura de Fernando VII<sup>9</sup>, para que o “povo” seguisse mais tranquilamente as mudanças propostas. Como demonstram as palavras de Mariano Moreno<sup>10</sup>, publicadas em um texto sobre os Congressos que antecederam o 25 de Maio, a pressa em se fazer a revolução girava em torno do

*inminente peligro de la demora, y la urgencia con que la naturaleza excita a los hombres, a ejecutar cada uno por su parte, lo que debe ser obra simultánea de todos, legitimaram la formación de un gobierno, que ejerciese los derechos, que improvisadamente habían devuelto al pueblo, y que era preciso depositar prontamente, para precaver los horrores de la confusión y la anarquía.* (MORENO, 1810, s/p.)

Nesse momento, é pontuada participação do “povo”, pois, se eles pretendem fazer uma “*revolución popular*”, que deveria contar com os chefes das tropas locais, os “*vecinos*”, e as “*masas*”, ou seja, os elementos que, de acordo com o discurso, compõem o “povo” (ALBERDI, 1960, p.23). A prova disso seria o fato de a junta ter consultado os chefes das forças armadas, para que eles pudessem apoiar a presidência de Cisneros e conter o “povo”, se necessário fosse. O papel decisivo que *El Pueblo* tem – como

<sup>9</sup> Fernando VII de Bordón (1784-1833) foi rei da Espanha entre março e maio de 1808, sendo destronado por José I Bonaparte, voltando ao trono em 1813, reinando até sua morte.

<sup>10</sup> Mariano Moreno (1778-1811) estudou teologia e, posteriormente, direito na Universidad de Chuquisaca. Advogou várias causas de índios contra seus patrões; foi o primeiro a traduzir obras de célebres pensadores europeus, como Rousseau; em 1805 foi nomeado relator da Audiência e assessor do Cabildo de Buenos Aires; após as invasões inglesas de 1806-1807, pôs-se a publicar textos contrários à dominação espanhola e logo aproximou-se dos setores revolucionários da época. Após a Revolução de 1810, assumiu as secretarias de Guerra e governo da Primeira Junta; além disso, inaugurou uma biblioteca pública e o órgão de divulgação oficial do governo, *La Gazeta*. Teve uma séria divergência com o presidente da Junta, Saavedra, referente à manutenção do antigo *status quo* no período pós Revolução. Foi enviado em uma missão diplomática a Londres e morreu na viagem.

personagem –, no desfecho da *revolución*, demonstra a preocupação do jovem Alberdi em ressaltar a importância da sociedade civil. Belgrano, ao se indignar com algumas palavras de Paso e Vieites, profere um discurso inflamado, com traços de filosofia iluminista:

*Somos locos, porque pensamos que todos los hombres nacen iguales y libres, que lo mismo en religion que en política, ellos tienen derechos y deberes uniformes á los ojos del cielo: somos locos, porque pensamos que todos los pueblos son libres y soberanos, y que no hay mas legitimidad política en el mundo, que la que procede de sus voluntades: somos locos, porque pensamos que el reino de la razón há de venir algundia: somos locos, porque no queremos creer que los tiranos, y la impostura y la infamia, han de gobernar eternamente sobre la tierra (...) yo me lleno de orgullo en ser loco de ese modo. (1960, p.23)*

Pode-se dizer que esses altos e baixos ao longo das falas foram utilizados numa tentativa de narrar a Revolução, não como algo dado, coerente e simples, por mais que, de acordo com o tempo descrito pela peça de Alberdi, tenha ocorrido literalmente da noite para o dia. A ideia de que eles eram vistos tal qual loucos, como proferiu Belgrano<sup>11</sup>, retorna em uma fala de Larrea, dizendo que eles poderiam estar loucos naquele momento, mas após a vitória, essa impressão seria invertida.

Alberdi tenta criar um ambiente de debate entre os principais personagens e as demais pessoas que se encontravam na praça, sem, contudo, conferir nome a qualquer personagem popular que emitisse alguma opinião, sempre citando-os como, por exemplo, “*un otro*”, “*uno de ellos*”, “*El Alguacil*”, ou “*una voz*”. A ausência de nomes próprios está relacionada a uma das concepções de “povo” aparentes no texto, significando a massa homogênea de homens que circulavam pelo centro urbano de Buenos Aires àquela época. Além disso, essa “conversa” pretende conformar o movimento revolucionário de *Mayo* como algo formulado por intelectuais e chefes militares, apoiado na vontade popular, na manifestação das “massas” e, principalmente, com seu consentimento.

---

<sup>11</sup> Manuel Belgrano (1770-1820) estudou direito na Universidad de Salamanca, Espanha, e obteve seu diploma de bacharel pela Universidad de Valladolid; em 1794, retornou à terra natal e assumiu a secretaria do consulado; participou do primeiro periódico portenho o *Telégrafo Mercantil, Rural, Político Económico e Historiográfico del Río de la Plata*, lutou contra os ingleses na época das invasões de 1806-1807, fez parte da Junta de 1810, participou da Assembleia Constituinte de 1812, bem como de inúmeras campanhas militares e algumas missões diplomáticas.

### **“El pueblo” revolucionário e a “república” teatralizada**

Há uma curiosa e repentina menção aos negros em *La revolución*, no âmbito da discussão que “categoriza” “*el pueblo*”. Alguns oficiais chegam à praça sob o comando de Martin Rodriguez<sup>12</sup>, a quem Diaz Velez<sup>13</sup> pergunta se eles estariam realmente dispostos a usar a força armada contra o “povo”, contra aqueles chamados de *facciosos* pelo *Cabildo*. Rodriguez responde, “*con sonrisa de inteligencia*”, que desconhece o motivo de o terem chamado e entra no prédio com os demais oficiais. Em seguida, há “*grita y algazara en un extremo de la Plaza*” (ALBERDI, 1960, p.84): trata-se de alguns negros que, convocados a lutar pela causa revolucionária, chegaram armados e foram detidos – sem ficar nítido quem o fizera, se os soldados do *Cabildo*, ou os homens rebeldes que acompanhavam Diaz Velez e seus companheiros.

Prontamente, Domingo French faz um interessante discurso acerca da participação dos negros naquela sociedade, afirmando ser injusto impedir a participação deles, igualmente “filhos da liberdade e da pátria”, no processo revolucionário. Além disso, fica claro o não pertencimento dos negros ao “povo”: “*Á ver! que vengan esos negros, que se incorporen á nosotros, que se mezclen con el pueblo. Ellos tambien son nuestros hermanos (...) No hay colores, ni ante Dios, ni ante la patria*”, ao que “Todos” respondem com vivas à “*República*”. “*Los pobres negros*” não são mencionados como escravos, ou classe trabalhadora; surgem como uma etnia à parte, aparentemente como um organismo social independente do “*pueblo*” bonaerense.

Além disso, o autor opera um *lance*, ao dispor o ideal republicano atrelado no amálgama de “*pueblo*” e “*negro*”, via “*pátria*”: “*Santo Domingo será la tribuna de este corolário supremo de la regeneración republicana: la humanidad vá á completarse. (...) Y entónces la raza ennoblecida levantará sus ojos al Sol de Mayo*” (ALBERDI, 1960, p.86). A “*república*” é, então, retratada como a entidade redentora das injustiças,

<sup>12</sup> Nicolás Rodríguez Peña (1775-1853) trabalhou no comércio e iniciou sua carreira de militar no Regimiento Fijo de Caballería de Buenos Aires; lutou contra os ingleses na época das invasões de 1806-1807, fez parte da Junta de 1810, em 1815, auxiliou San Martin na organização do exército dos Andes e permaneceu no Chile até sua morte.

<sup>13</sup> Eustoquio Antonio Díaz Vélez (1782-1856), filho de um dos membros do *Cabildo* (Francisco José Díaz Veléz), muito jovem ingressou no regimento de *Blandengues*, na fronteira de Buenos Aires e depois no regimento de *Patricios*, quando lutou contra os ingleses na época das invasões de 1806-1807; apoiou a causa revolucionária de Moreno e outros em 1810, após o quê, continuou com as atividades militares, servindo em inúmeras divisões do exército argentino, tendo também lutado na batalha de Monte Caseros.

como uma solução que encaminharia o “povo”, junção de distintos elementos patrióticos, ao progresso, uma vez que “*un inmenso por venir está destinado para esta rama noble y colosal de la humanidad*” (ALBERDI, 1960, p.85). O futuro dos quais fala o personagem é republicano, pacífico e, principalmente, gregário, no sentido de possibilitar a participação de um número maior de indivíduos, que, por isso, poderiam ascender à qualidade de cidadãos. De modo geral, a partir de 1810, o conceito de “*pueblo*” acoplou outros sujeitos outrora excluídos dos “assuntos do governo”, mantendo, entretanto, um limite à participação desses na ordem republicana.

Contudo, ainda que muito importante e significativa, essa reflexão racial era breve, ocupando apenas algumas falas na peça, entre a aparição do Coronel Martin Rodrigues e uma colocação inexpressiva de Manuel Beruti. O texto prossegue com as mesmas variantes para “*el pueblo*”, sem que se volte a mencionar os negros, ou qualquer outra camada social então segregada do “povo”.

Alberdi propunha, portanto, uma associação de “povo” com “pátria”, significando que o primeiro conceito estava contido no segundo. Sendo assim, a “pátria”, que, no texto da peça, foi concebida como lugar de origem ou de nascimento, continha uma série de grupos como, o “povo”, os negros, as mulheres, os analfabetos etc., sem que esses elementos estivessem necessariamente vinculados entre si por outro motivo que não seu “lugar de origem”. A proposta contida no discurso revolucionário, de acordo com o autor, era a de agregar os negros ao “povo”, configurando-se em um verdadeiro “ato de fala”, no sentido de promover um novo significado ao conceito de “*pueblo*”, mais abrangente e livre ao mesmo tempo, tendo como elo a mesma “pátria” revolucionária.

Quanto ao “*El Pueblo*”, ele aparece como se fosse uma única personagem, como se fosse uma resposta ao pedido dos *cabildantes*, fazendo parecer possível condensar as vozes de diversos cidadãos em uma opinião coerente e homogênea. Esse “*El Pueblo*” representa, na verdade, os valores que Alberdi pretendia conferir à *revolución*, apresentando o processo de independência, de modo a englobar um maior número de atores, além dos intelectuais e militares citados pelo nome na peça.

Tais dados, manipulados no jogo linguístico do autor, revelam a imagem que ele quis passar aos leitores de 1839, acerca da Revolução de Maio de 1810: uma comoção popular que contou com a participação de inúmeros cidadãos – conscientes de seus

direitos e deveres – e com o bom senso de Baltasar Cisneros que, diante de tal quadro, renunciou a seu cargo pacificamente.

Após uma fala de Diaz Velez, *Una Voz* grita o desejo de morte a todos os “*gallegos abortados por la España!*”, e a primeira resposta dos personagens é um profundo silêncio. Vieites, então, profere um discurso, reafirmando o caráter pacifista da *revolución*, que não exigia a morte de ninguém além dos “tiranos” que pudessem persistir, pois eles não queriam vingar-se com vítimas que, por sua vez, pediam por vingança. A ideia de estender as proporções de tal feita também era exposta:

*La revolución de Mayo no será un motin estrecho del espíritu local, no será una victoria de pandilla, un accidente aislado de villano interes; será un espléndido detalle de una obra que se estiende á toda la humanidad, será un grandioso episodio de una ley que trae su desarrollo desde las repúblicas de Grecia y Roma, y propende á dominar la superficie entera de la tierra.* (ALBERDI, 1960, p.110)

A evocação do republicanismo clássico era recorrente nas discussões acerca do sistema de governo ideal para aquele território recém-independente e, desse modo, a imagem da Roma republicana, bem como de suas virtudes, foi comum na década de 1810 (DI MEGLIO, 2008, p.148) e resgatada por Alberdi. Continuando a fala de Vieites, é possível identificar mais um significado para a “república”:

*producto necesario de todos los progressos humanos, ella es una propiedad de la civilizacion universal; es un triunfo de la razon general, una victoria del espíritu humano , una conquista de todos, una jornada de la humanidad en la eterna campaña de sus progressos indefinidos. (...) Desde este dia pues, nosotros no conocemos extranjeros (...) que el Frances, el Ingles, el Americano sean hombres y hermanos en América, como lo son en la naturaleza y la verdad.* (ALBERDI, 1960, p.110-111)

*El Pueblo* comemora com mais “vivas” à pátria e à *libertad*, até os deputados saírem do *Cabildo* para serem recebidos com um gigantesco discurso que Vieites lhes dedicou e no qual são referidos como homens imortais pelos serviços prestados ao “povo” – representado na peça como um rei que acaba de nascer –, e que representavam, então, a queda de um domínio de três séculos (GUERRA, 1999, p.44). Alberdi usa como metáfora o “*Leon de América que ha vencido el Leon de Castilla*”, faz uma advertência para que temam ao “*pueblo*”, caso queiram ser “*patriotas*”, e ressalta que a “*tiranía*” não pode voltar a ocorrer.

No decorrer dos dois atos, o “*pueblo*” era retratado como um organismo que desprezava o autoritarismo e a tirania, como uma massa uniforme, valente e consciente de seus direitos e deveres. Na última fala, porém, esse mesmo “*pueblo*” aparecia perfeitamente capaz de se deixar enganar por um governante indigno. Ora, não fora este o propósito maior dos personagens da peça *La Revolución de Mayo*: demonstrar a insatisfação do “povo” para com os “tiranos” e promover a “liberdade”, “igualdade” e “fraternidade” entre os “*pueblos americanos*”? Então, por qual motivo, na última fala, era exibido ao “povo” um horizonte de expectativas, no qual os princípios revolucionários poderiam não vingar?

Alberdi fez uso de um importante personagem histórico para ratificar no “*pueblo*” a ideia de que o embrião do sistema republicano platino fora semeado concomitantemente ao processo de independência das antigas colônias hispânicas e, portanto, deveria ser respeitado como um patrimônio daquela cultura, a fim de evitar que a tirania se sobrepusesse à democracia. Ele conferiu um papel de destaque à participação do “*pueblo*” nas tramas políticas, ao narrar a história do início das lutas pela autonomia em relação à Espanha, independentemente do anacronismo e da imprecisão histórica decorrente disso, e com as quais Alberdi naturalmente não se preocupava. Ao dirigir-se à pluralidade de “*pueblos*” existente em 1839, o autor pretendeu demonstrar que cabia também àqueles segmentos sociais a responsabilidade de combater governantes que não honrassem os ideais revolucionários de 1810.

Ao mesmo tempo em que fazia menção a uma *distinção* entre os “povos” que habitavam as cercanias do Rio da Prata e da Banda Oriental, essa categorização pluralizada empregada por Alberdi servia como um convite à “congregação” de forças afins que pudessem lutar pela permanência de uma sociedade republicana que respeitasse as vontades e liberdades de seus *cuidadanos*, tal qual figurava nos planos do autor. Nesse contexto, a dedicatória aos “farrapos” pode ser entendida como parte desse movimento de coligar diferentes “*pueblos*”, em prol de uma causa maior, que seria benéfica a todos: a república.

### **Considerações Finais**

Um dos pontos mais relevantes deste trabalho gira em torno do debate dos anos 1830/40 acerca do republicanismo ideal a ser implementado naquela sociedade, que foi moldado a partir dos elementos básicos que o compunham: *ciudadano*, *pueblo*, *patria* e *libertad* tornaram-se palavras de ordem naquele momento. Através da publicação em periódicos e da fala encenada dos personagens de Alberdi, as peças de um quebra-cabeça republicano eram apresentadas a uma parcela da população urbana um pouco maior do que a tradicional elite letrada – que tinha, então, condições de estudar e também de pagar pela assinatura de jornais.

Na dedicatória, o autor lança mão de uma linguagem abstrata e metafórica para dizer que a república farroupilha deveria ser apoiada, pois, além de representar uma luta contra a monarquia, ela poderia ser encarada como um sinal do contínuo progresso no qual a humanidade se encontrava – vale lembrar que os membros da “Geração de 1837” operavam, de acordo com o paradigma historicista então vigente. No decorrer dos dois atos publicados da peça, há uma profusão do uso de conceitos-chave, que dizem respeito a diversos elementos componentes de uma sociedade republicana. Alberdi os trata como se explicasse suas funções naquela comunidade política e, assim, por exemplo, “*el pueblo*” é abordado com várias conotações, de acordo com os personagens a quem eram dirigidas as falas.

O teatro foi utilizado como uma importante ferramenta política, tanto no período colonial quanto após a independência do subcontinente. Foram aqui levantados dados pertinentes à região platina, buscando apontar os mecanismos de controle do Estado, especialmente no tocante à propaganda rosista. Alberdi e outros autores transcenderam o campo de batalha vulgar da imprensa e, além da publicação de seus atos dramáticos, usaram palcos, fantasias e luzes especiais, a fim de combater aquilo que consideravam um governo abusivo e traiçoeiro aos ideais revolucionários de 1810. Ao percorrer as informações acerca da arte cênica bonaerense dos oitocentos, apesar da escassa bibliografia, pude comprovar minha hipótese de que as peças de Alberdi tinham um caráter didático, devido a uma tradição que fazia do teatro um arauto, muitas vezes regulado pelo Estado, a fim de informar e educar o público.

## Referências Bibliográficas

*Actas Capitulares*. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/actas-capitulares-desde-el-21-hasta-el-25-de-mayo-de-1810-en-buenos-aires--0/html/>>.

Acesso em 12/10/2012.

ALBERDI, Juan Bautista. *Fragmento preliminar al estudio del Derecho*. Buenos Aires: Imp. de La Tribuna Nacional, 1886. Obras Completas de J. B. Alberdi, Tomo I.

\_\_\_\_\_. La monarquía. In: *Del Gobierno en Sud-América según las miras de su revolución fundamental* (1867). Buenos Aires: “Imprenta Europea” de M. A. Rosas, 1896. Escritos Póstumos de J. B. Alberdi Tomo IV, p. 227 – 302.

\_\_\_\_\_. *La Revolución de Mayo, crónica dramática*. Buenos Aires: Establecimientos Gráficos Platt, 1960 (1839).

\_\_\_\_\_. *Miscelánea. Propaganda política*. Buenos Aires: Imprenta de Juan Bautista Alberdi, 1900. Escritos Póstumos de J. B. Alberdi Tomo XIII.

\_\_\_\_\_. *Fragmento preliminar al Estudio del Derecho*. Buenos Aires: Imp. de La Tribuna Nacional, 1886 (1837). Obras Completas de J. B. Alberdi, Tomo I. p.99-256

ALBERINI, Coriolano. La metafísica de Alberdi. In: *Archivos de la Universidad de Buenos Aires*, Año IX, Tomo IX, Junio-Setiembre, 1934. Disponível em: <<http://www.archivofilosoficoargentino.info/alberinimetafisicadealberdi.pdf>>. Acesso em: 13/12/2011.

ASSUNÇÃO, Nelda Pilia de. *Mayo de 1810: entre la historia e la ficción discursivas*. Buenos Aires: Bilbos, 1999.

BATTICUORE, G.; GALLO, K.; MYERS, J. *Resonancias románticas. Ensayos sobre Historia de la Cultura argentina (1820-1890)*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

BOTANA, Natalio. *La tradición republicana*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

\_\_\_\_\_. Ciudadanía, soberanía y representación en la génesis del Estado argentino (c. 1810 – 1852). In: SABATO, Hilda (Org.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 94 – 118.

COCCA, Aldo Armando. *El teatro de Juan Bautista Alberdi*. Buenos Aires: Talía, 1960.

*Dicionário da Real Academia Espanhola*, edições de 1837 e 1884. Disponível em: <<http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtllle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0>>. Acesso em 11/06/2012

ECHEVERRÍA, Esteban. *Obras Completas de Estebán Echeverría*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1873. Tomo Cuatro.

FRADKIN, Raúl; GELMAN, Jorge. *Doscientos años pensando la Revolución de Mayo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010.

GARABEDIAN, M.; SZIR, S.; LIDA, M. *Prensa argentina siglo XIX: imágenes, textos y contextos*. Buenos Aires: Teseo, 2009.

GHIRARDI, Olsen A. *El Primer Alberdi: la filosofía de su tiempo*. Buenos Aires: Astera, 1989.

GOLDMAN, Noémi; DI MEGLIO, Gabriel. Pueblo/Pueblos. In: GOLDMAN, Noemí (Org.). *Lenguaje y revolución*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 131 – 143.

GUERRA, François-Xavier. El soberano y su reino. Reflexiones sobre la génesis del ciudadano en América Latina. In: SABATO, Hilda (Org.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p.33 – 61.

HERRERO, Alejandro. *Ideas para una República: una mirada sobre la Nueva Generación Argentina*. Remedios de Escalada: Universidad Nacional de Lanús, 2009.

LABINGER, Andrea G. Something old, something new: El gigante amapolas. In: *Latin American Theatre Review*, p.3-11, Spring 1982. Disponível em: <<https://journals.ku.edu/index.php/latr/article/viewFile/479/454>>. Acesso em: 08/07/2012.

MEGLIO, Gabriel di. República. In: GOLDMAN, Noemí (Org.). *Lenguaje y revolución*. Buenos Aires: Prometeo, 2008, p. 145 – 158.

MORENO, Mariano. Sobre el Congreso convocado, y Constitución del Estado. In: *Gazeta de Buenos Aires*, 1, 6, 13 e 15 de noviembre de 1810. Disponível em: <<http://coleccion.educ.ar/coleccion/CD28/recursos/concepto4.html>>. Acesso em 11/06/2012

MYERS, Jorge. *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2011.

\_\_\_\_\_. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí (Org.). *Nueva historia argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. p.381-443.

NEGRETTO, Gabriel. *La genealogía del Republicanismo Liberal en América Latina: Alberdi y la Constitución Argentina de 1853*. Paper prepared for delivery at the Meeting of the Latin American Studies Association, Washington DC, September 6-8, 2001.

PALTI, Elías José. *El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

PAS, Hernán Francisco. *Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)*. 2010, La Plata. Tese (Doutorado em Literatura) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.

PÉRSICO, Adriana Rodríguez. *Un huracán llamado progreso: utopía y autobiografía en Sarmiento y Alberdi*. Edição da Biblioteca Digital do Portal Educacional das Américas. Coleção: INTERAMER, n.22, 1993. Disponível em:

<[http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer\\_22/index.aspx?culture=pt&navid=230](http://www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer_22/index.aspx?culture=pt&navid=230)> Acesso em 20/08/2012.

PIMENTA, João Paulo. *Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828)*. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 26 – 48.

RICUPERO, Bernardo. *As nações do romantismo argentino*. In: *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 215 – 250.

SABATO, Hilda (Org.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

SEIBEL, Beatriz. *Antología de obras de teatro argentino: Juan Bautista Alberdi y José Mármol*. Buenos Aires: Instituto Nacional del Teatro, 2007.

TERÁN, Oscar. *Alberdi Póstumo*. Buenos Aires: Punto Sur, 1988.

*Testamento do General José de San Martín*, Paris, janeiro de 1844. *Transcripción textual – “El sable del general San Martín”*, Instituto Nacional Sanmartiniano. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/efeme/17deagosto/legado.html>>. Acesso em 16/11/2011.